

# 1 Introdução

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), a taxa de analfabetismo das crianças brasileiras entre 7 e 14 anos de idade ficou em torno de 9,4% em 2003, 11 pontos percentuais abaixo da registrada em 1992. Ao longo da década de 90, registrou-se aumento significativo da frequência escolar, inclusive nas áreas mais pobres, como no Norte e no Nordeste. Enquanto em 1992, cerca de 87% das crianças nesta faixa etária freqüentavam a escola, em 2003, esta proporção subiu para mais de 97%.

Apesar desses avanços, o maior problema no que tange à escolaridade das crianças no nosso país relaciona-se ao lento progresso ao longo do sistema escolar. A questão que se coloca é se, estando a criança matriculada na escola, está ela no nível compatível com a sua idade? O atraso escolar – calculado a partir da idade da criança e da série escolar considerada legalmente adequada para a sua faixa etária – é comum em diferentes países do mundo, sobretudo nos menos desenvolvidos e nosso país não foge à regra. Aproximadamente 20,5% das crianças entre 7 e 14 anos de idade, em 2003, tinham defasagem idade-série.<sup>1</sup>

As dificuldades inerentes à progressão ao longo do sistema educacional fazem com que os custos em se educar sejam altos, sobretudo para aqueles que estão na escala inferior da distribuição de renda. Crianças que acumulam defasagem idade-série são normalmente consideradas em situação de risco educacional e as evidências mostram que são fortes candidatas à evasão escolar.

No Brasil, há uma grande discussão sobre os determinantes da desigualdade de renda e da pobreza, sendo consensual o papel da desigualdade de oportunidades educacionais. Grande parte do debate político atual sobre a redução das desigualdades de renda enfatiza a necessidade de diminuir as disparidades no acesso à educação, sobretudo entre as crianças e os adolescentes. A desigualdade de oportunidades educacionais, contudo, não pode se restringir à discussão sobre

---

<sup>1</sup> PNAD/IBGE, 2003.

freqüência à escola, mas deve se estender às condições que as crianças recebem para progredir no sistema escolar e à qualidade da educação recebida por essas crianças.

Nesta tese, portanto, investigamos uma das óticas da escolaridade do público infantil brasileiro de 7 a 14 anos de idade: a defasagem idade-série. Desenvolvemos três tópicos, organizados em três capítulos seguintes a esta introdução.

No próximo capítulo, enfatizamos a influência dos fatores familiares, como renda familiar e grau de instrução dos pais, sobre a probabilidade das crianças terem defasagem idade-série. Através da técnica de variáveis instrumentais, e usando a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996, que contém um suplemento de mobilidade social, criamos um conjunto de instrumentos no intuito de controlar problemas de endogeneidade relacionados à hereditariedade dos fatores familiares e à simultaneidade do processo de formação da renda familiar e da escolaridade da criança. Selecionamos três conjuntos de instrumentos: a oferta educacional da segunda geração (os pais das crianças), os fatores familiares permanentes entre as gerações (explorando as informações da terceira e da segunda geração, ou seja, pais e avós) e a mudança no sistema educacional de 1971.

Mostramos que a renda familiar per capita contribui mais fortemente para a redução do atraso educacional das crianças, ocorrendo o inverso para o grau de instrução do pai e da mãe. O resultado sugere que aspectos familiares que perpassam de uma geração para outra são importantes na transmissão de conhecimentos de pais para filhos e que o processo de determinação da renda e de escolarização das crianças são fortemente interligados.

No terceiro capítulo, investigamos uma dimensão específica da escolaridade das crianças: o atraso na idade de entrada na escola fundamental. Uma criança que ingressa na escola na idade legalmente apropriada, inicia sua trajetória de estudante sem defasagem idade-série. Uma política que vise o combate às desigualdades ao longo do sistema educacional também deve abordar os aspectos que diferenciam as crianças já neste início, como seu estado de saúde, caracterizado principalmente por suas condições nutricionais. Priorizamos, portanto, o estudo das interações existentes entre o investimento em saúde e escolaridade e estimamos, usando os dados da Pesquisa de Padrões de Vida

(PPV/IBGE) de 1996/1997, o impacto do status nutricional da criança sobre a sua probabilidade de iniciar o ciclo escolar na idade legalmente correta (sete anos de idade). Encontramos que a saúde da criança é uma variável importante mesmo quando controlamos pela renda familiar e consideramos a possibilidade da sua endogeneidade. As dificuldades na entrada à escola são maiores para as crianças classificadas como desnutridas e hipodesenvolvidas fisicamente.

No quarto capítulo, abordamos as conseqüências da defasagem idade-série em termos de proficiência. Estudamos se diferenças de idade dentro das turmas podem explicar de forma significativa as diferenças de proficiência entre os alunos de uma mesma escola e, em que medida o nível de qualificação e a experiência dos docentes podem minimizar seus efeitos prejudiciais à proficiência. Investigamos a proficiência dos alunos da 4ª série do ensino fundamental em matemática e em português, através do uso da base de dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB-INEP/MEC) de 2003. Através de uma técnica que controla para os efeitos do ambiente escolar não observados, encontramos que crianças pertencentes a turmas mais heterogêneas na idade têm uma proficiência mais baixa. Além disso, mostramos que a qualidade do professor nestes casos é essencial. Em turmas onde a dispersão de idade entre os alunos é alta, as evidências indicam que ter um professor com nível de pós-graduação contribui para a redução do efeito negativo desta dispersão na proficiência dos alunos.